



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº 332, Centro, telefone: (62) 3201-9034, por intermédio da Pregoeira e da equipe de apoio, instituídos pela **Portaria nº 726/2014**, de 26 de setembro de 2013, levam ao conhecimento dos interessados que farão realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e tornam público o edital de **Pregão Eletrônico nº 031/2014**, do tipo **Menor Preço por Lote**, conforme as condições e demais exigências estabelecidas neste Edital, visando o **Registro de Preços** para **eventual** aquisição de móveis a serem utilizados pelas unidades técnicas do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, no edifício da sua nova **Sede Administrativa**.

A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei de Licitações e Contratos do Estado de Goiás nº 17.928/2012, com suas alterações Decreto Estadual nº. 7.437, de 06 de setembro de 2011, Decreto Estadual nº. 7.468, de 20 de outubro de 2011, Decreto Estadual nº 7.562, de 01 de março de 2012 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O Edital encontra-se disponível em www.tce.go.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (62) 3201-9034.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação, mediante **Sistema de Registro de Preços**, de fornecimento, montagem e instalação de mobiliário para a nova Sede Administrativa do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO**, de acordo com as quantidades, especificações técnicas e condições constantes no **Termo de Referência - Anexos I e II** e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

1.2. O mobiliário objeto desta licitação destina-se ao atendimento da nova realidade de espaço físico e *layout* da futura Sede Administrativa do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO**, para garantir melhores condições de desempenho de suas atividades.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do mobiliário descritas no Endereço Eletrônico do **TCE-GO** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

1.4. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência e seus Anexos de I a V.

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Minuta de Ata de Registro de Preços

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

Anexo V: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

Anexo VI: Modelo de Declaração de não empregar menor.

Anexo VII: Modelo Declaração de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP

Anexo VIII: Modelo de Declaração que não possui parentesco.

2. DO LOCAL, DATA E HORA

2.1. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Licitações-e, acessado por meio do site www.licitacoes-e.com.br, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases, e obedecerá ao seguinte cronograma:

I - Início de acolhimento de propostas:

13/08/2014 às 08h00min

II – Limite de acolhimento de propostas:

22/08/2014 às 08h00min

III – Abertura das propostas:

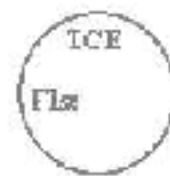
22/08/2014 às 08h00min

IV – Data e hora do Pregão:

25/08/2014 às 08h30min

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

2.3. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. **Até 02 (dois) dias úteis que anteceder à abertura da sessão pública**, qualquer licitante poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, no e-mail: cpl@tce.go.gov.br, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00mm às 18h00mm.

3.1.1. Caberá à Pregoeira e à Equipe de Apoio, auxiliados pelo setor responsável pela elaboração deste Edital, **decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**.

3.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, e em caso de alteração na formulação de proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame, com reabertura do prazo inicialmente concedido.

4. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

4.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, impreterivelmente, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail cpl@tce.go.gov.br.

4.2. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira por meio do site www.tce.go.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, ficando todas as licitantes obrigadas a acessá-los para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

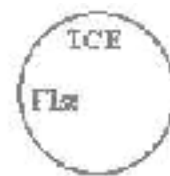
5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** as empresas que:

5.1.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 12 deste Edital, e estiverem devidamente credenciadas nas agências do Banco do Brasil, por meio do site www.licitacoes-e.com.br, e apresentem os documentos por ele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente;

5.1.2. As empresas estrangeiras deverão solicitar o seu credenciamento junto ao Banco do Brasil no site **<[http:// www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)>**, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão. Para seu credenciamento deverão fornecer: nome, endereço físico, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

5.1.3. Não estejam sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.1.4. Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública e com o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**.

5.2. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que **cumprе plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório**, bem como a descritiva técnica constante do **Anexo I do Termo de Referência, Anexo I** do presente Edital.

5.3. O Banco do Brasil atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico.

5.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação servidor ou membro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO**, bem como empresa da qual tal servidor ou membro seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

5.5. Uma licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços.

5.6. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Pregoeira.

5.7.1. Para os efeitos do item 5.5 entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

5.7.2. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao **TCE-GO** poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.

5.8. Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

5.8.1. Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pela licitante não qualificada nessas categorias.

5.8.1.1. As microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei Estadual nº 17.928/2012 deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP. Essa declaração é necessária para o processamento do tratamento diferenciado no procedimento licitatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.8.1.2. Essa identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na Sessão Pública do Pregão Eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

5.8.2. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos das participantes.

6. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

6.1. Para participar do pregão eletrônico a licitante deverá se credenciar por meio do site [http:// www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

6.2. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via *Internet*.

6.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [http:// www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

6.4. O credenciamento junto ao Banco do Brasil implica na responsabilidade legal única e exclusiva da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

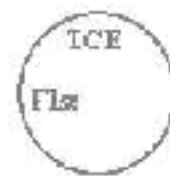
6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao Banco do Brasil para imediato bloqueio de acesso.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Concluída a fase de credenciamento as licitantes poderão registrar suas **Propostas de Preços**, conforme o interesse de cada licitante, da seguinte forma:

7.1.1. para os **LOTES** de 1 a 6 e os **LOTES** 10, 11 e 14 (que correspondem aos GRUPOS: de 1 a 6, 8, 9 e 11), constantes no Termo de Referência e seus anexos - as propostas serão por **LOTE FECHADO** e será aceita, de cada licitante, somente uma proposta por **LOTE FECHADO**;

7.1.2. para os **LOTES** 7, 8, 9, 12 e 13 (que correspondem aos GRUPOS: 07 e 10), constantes no Termo de Referência e seus anexos - as propostas serão por **LOTE INDIVIDUAL** e será aceita, de cada licitante, somente uma proposta por **LOTE INDIVIDUAL**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

7.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, enviada por meio do site www.licitacoes-e.com.br, na data e hora estabelecidas neste Edital, **13/08/2014** às 08:00h, até o horário limite de acolhimento de propostas, ou seja, até às 08:00h do dia **22/08/2014**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico. Somente durante este período a licitante poderá incluir ou excluir Proposta de Preços.

7.2.1. Ao término do prazo estipulado para a fase de encaminhamento e registro de propostas o Sistema Eletrônico bloqueará automaticamente o envio de novas propostas.

7.3. A **Proposta de Preços** de cada licitante deverá ser formulada e enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, **indicando os valores total geral de cada LOTE FECHADO; os valores unitários e totais de cada LOTE INDIVIDUAL**, do seu interesse, conforme estabelecem os subitens 7.1.1 e 7.1.2 acima.

7.3.1. O ônus de comprovação da exequibilidade de sua proposta caberá exclusivamente à licitante.

7.3.2. O sistema www.licitacoes-e.com.br, possibilita à licitante a exclusão ou alteração da proposta dentro do prazo que o edital estipula para o envio e registro de propostas.

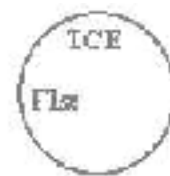
7.3.3. Ao término do prazo definido no item 7.2 não haverá possibilidade de exclusão ou alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido neste Edital.

7.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública de oferta de lances.

7.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. As **Propostas de Preços** deverão atender as especificações contidas no **Anexo I do Termo de Referência e as demais condições deste Edital**.

7.7. No preenchimento da proposta eletrônica **deverão ser informadas, ainda, no campo “INFORMAÇÕES ADICIONAIS”, as ESPECIFICAÇÕES, (MARCAS / MODELO / TIPO / REFERÊNCIA / CARACTERÍSTICAS) de todos os componentes do objeto/móvel ofertado**. O não preenchimento deste campo **implicará na desclassificação da licitante**, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

7.8. As licitantes deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências deste Edital e seus anexos.

7.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer outro título.

7.10. Fica vedado à licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua **Proposta de Preços**, planilha ou outros anexos exigidos neste Edital, sob pena de desclassificação do certame pela Pregoeira.

7.11. A **Proposta de Preços** atualizada com o último lance deverá ser enviada no prazo máximo de **60 (sessenta) minutos, exclusivamente via e-mail**, para o endereço cpl@tce.go.gov.br, a contar do encerramento da fase de lances, devendo conter as especificações técnicas do mobiliário ofertado, juntamente com os documentos **e os dados** solicitados no item **7.15 deste Edital**.

7.12. A **Proposta de Preços** original, devidamente atualizada com o último lance ofertado, deverá ser enviada para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizado na Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº. 332 (Bloco Anexo, 1º Andar, Secretaria Administrativa), Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da indicação da(s) licitante(s) vencedora(s)**. Caso a vencedora seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado para até 15 (quinze) dias.

7.13. A licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar n.º 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º desta Lei, no ato do envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

7.14. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no www.licitacoes-e.com.br e as especificações constantes do **Anexo I do Termo de Referência, Anexo I** deste Edital, prevalecerão às últimas.

7.15. A **Proposta de Preços**, adequada ao valor final, decorrente de lances ou de negociação direta com a Pregoeira, deverá, **obrigatoriamente**, conter pelo menos os seguintes dados para elaboração da **Ata de Registro de Preços**, conforme modelo constante do **Anexo II** deste Edital, **sob pena de desclassificação da proposta: (SOMENTE DEVERÁ SER APRESENTADA APÓS A FASE DE DISPUTA PELO LICITANTE VENCEDOR)**.

a) razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

b) Nº do Pregão Eletrônico;

c) Nº do(s) **LOTE(S)**;

d) descrição do objeto ofertado, conforme as especificações técnicas e exigências deste Edital;

e) prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será este o considerado;

f) prazo máximo de fabricação, entrega, montagem e instalação do mobiliário, de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato, e após o recebimento, pela fornecedora, da solicitação feita pela Gerência de Administração - Serviço de Material e Patrimônio - SMP do **Contratante**, por meio de “Autorização para Entrega” ou “**Ordem de Fornecimento**”, que será na nova Sede Administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, parte da antiga Fazenda Retiro, Região Norte de Goiânia.

g) preços unitário e total, de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, **INCLUSIVE NA ETAPA DE LANCES**;

h) no preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas que compõem os custos, tributos (impostos, taxas, fretes, descontos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos. **O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com a Pregoeira**, considerando as quantidades constantes no Anexo II do Termo de Referência, Anexo I do presente Edital;

i) data e assinatura do responsável.

7.15.1. A **Proposta de Preços** enviada e registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.15.2. Não serão admitidas retificações ou alterações nas propostas apresentadas, uma vez aceito o lance vencedor ou negociado e finalizada a Sessão Eletrônica.

7.16. Qualquer licitante poderá apresentar **Proposta de Preços** para 1 (um) ou mais **LOTES**, conforme o seu interesse.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

7.17 A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua **Proposta de Preços**, sendo que o **TCE-GO** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A Pregoeira verificará as **Propostas de Preços** enviadas e registradas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos e condições estabelecidos neste Edital.

8.2. Serão desclassificadas também as **Propostas de Preços** que forem omissas ou que apresentarem irregularidades insanáveis, informando este fato ao licitante desclassificado.

8.3. A desclassificação de **Proposta de Preços** será sempre fundamentada e registrada no Sistema Eletrônico, com o acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. O sistema ordenará, automaticamente, as **Propostas de Preços** classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance, dando início à fase competitiva.

9. DA SESSÃO PÚBLICA PARA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A partir das 08:30h do dia **25/08/2014** e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade com o Item 7 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

9.2. A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via *Internet*, única e exclusivamente no site **www.licitacoes-e.com.br**, conforme previsto neste Edital.

9.3. Somente as licitantes que apresentaram **Propostas de Preços** em consonância com o item 7 deste Edital poderão apresentar lances para os **LOTES FECHADOS** e/ou **LOTES INDIVIDUAIS**, ofertados conforme estabelecem os subitens 7.1.1 e 7.1.2, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.3.1. Assim como as **Propostas de Preços**, os lances serão ofertados pelo valor de cada **LOTE**, observando-se, ainda, o que dispõe o subitem 7.16 deste Edital.

9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, conforme o seu interesse, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras de sua aceitação, da seguinte forma:

9.4.1. pelos valores totais de cada LOTE INDIVIDUAL.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

9.4.2. pelos valores total geral de cada LOTE FECHADO.

9.4.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no Sistema Eletrônico.

9.4.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.4.5. O Sistema Eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.

9.5. Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final.

9.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.7. No caso de desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

9.7.1. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

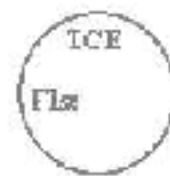
9.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitacoes-e.com.br.

9.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico, de acordo com a comunicação às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.9. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das **Propostas de Preços**, conforme subitem 9.5.

10. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar pelo Sistema Eletrônico contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

menor valor para cada **LOTE INDIVIDUAL** ou **LOTE FECHADO**, para que seja obtido melhor preço, observando o critério de julgamento e o valor máximo estimado (Anexo II do Termo de Referência), bem como decidir sobre sua aceitação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do Sistema Eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. A Pregoeira anunciará a licitante vencedora, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão da mesma, acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.4. Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira examinará a **Proposta de Preços** classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

10.4.1. Caso não ocorram lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista, para efeito de comparação com a **Proposta de Preços** enviada e registrada.

10.4.2. O valor total proposto para **LOTE INDIVIDUAL** e/ou **LOTE FECHADO** superior ao estimado para a contratação, constante do **Anexo II** do **Termo de Referência**, poderá não ser aceito e adjudicado.

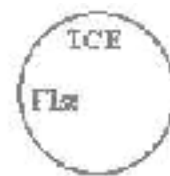
10.4.3. A Pregoeira, com o auxílio de sua Equipe de Apoio, para formalizar sua decisão em relação a este item, poderá valer-se também do que estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

10.5. Após a fase de lances, se a **Proposta de Preços** mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou por empresa de pequeno porte, e houver **Proposta de Preços** de microempresa ou de empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar **Proposta de Preços** inferior à da licitante melhor classificada e, se atendidas as exigências deste Edital, ser declarada vencedora.

10.5.2. Não sendo contratada a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no *caput*, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

10.5.3. A licitante convocada que não apresentar **Proposta de Preços** dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema Eletrônico, decairá do direito previsto



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, e no art. 6º da Lei Estadual nº 17.928/2012.

10.5.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nestes subitens, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

10.6. O disposto no subitem 10.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou por empresa de pequeno porte.

10.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.8. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

10.9. Se a **Proposta de Preços** não for aceitável a Pregoeira examinará a subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada **provisoriamente vencedora**.

11. DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade com as condições e especificações estabelecidas no **Termo de Referência** e neste Edital, inclusive quanto ao valor estimado para a contratação, para efeito de aceitabilidade.

11.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de servidores do TCE-GO, ou, ainda, caso seja necessário, de outras pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira poderá promover diligência destinada a obter esclarecimentos complementares, caso seja necessário.

11.4. O julgamento das **Propostas de Preços** dar-se-á pelo critério de **menor preço por LOTE, proposto conforme estabelecem os subitens 7.1.1, 7.1.2 e 7.16 deste Edital**, observadas as especificações técnicas e demais condições definidas no Termo de Referência, seus anexos e neste Edital.

11.5. O empate entre duas ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a **Proposta de Preços** e quando não houver lances para definir o desempate.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

11.5.1. Havendo empate, no caso de todas as licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com a Pregoeira, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

1º) o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993;

2º) sorteio, a ser realizado em sessão pública a ser designada pela Pregoeira, para a qual todas as licitantes serão convocadas.

11.6. Será admitida apenas 01 (uma) licitante vencedora por **LOTE**.

11.7. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da **Proposta de Preços**, que não venham causar prejuízo para o comprador e nem firam os direitos dos demais licitantes.

11.8. Será rejeitada a **Proposta de Preços** que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

11.9. A licitante **classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta atualizada conforme disposto no item 7.11, juntamente com a documentação relativa ao Item 12 - DA HABILITAÇÃO.

11.9.1. Cumpridas as etapas anteriores, a(s) licitante(s) detentora(s) da melhor **Proposta de Preços e provisoriamente** classificada em primeiro lugar, deverá(ão) apresentar (entrega e montagem, sem nenhum ônus para o TCE-GO), **amostras** ou **protótipos** para serem analisadas pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, observando-se o que dispõem os subitens **5.2** ao **5.14** do **Termo de Referência**.

11.9.2. Uma vez aprovada a **amostra** ou **protótipo** de determinada **licitante**, será efetivada a aceitação de sua **Proposta de Preços** no **Sistema Eletrônico**, passando-se então para a sua habilitação.

11.10. Se a proposta não for aceitável, ou se a **amostra** ou **protótipo** for reprovado, ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção de uma proposta que atenda as condições deste Edital.

11.11. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado, afixado no mural próprio de divulgações e inserido nos sites do **TCE-GO** (www.tce.go.gov.br) e www.licitacoes-e.com.br.

12. DA HABILITAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

12.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, as empresas nacionais deverão apresentar os seguintes documentos:

12.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores;

12.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

12.1.4. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;

12.1.5. Certidão Negativa de Débitos - CND, perante o INSS, atualizada;

12.1.6. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Negativa de Débitos e Certidão quanto à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, atualizadas;

12.1.7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.1.8. Apresentar **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE SUA HABILITAÇÃO**, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo V** deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante, com o número da identidade do declarante;

12.1.9. **DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) MENOR (ES) DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste Edital;

12.1.10. **DECLARAÇÃO**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que **NÃO POSSUI** em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme modelo do **Anexo VIII** deste Edital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

12.1.11. **DECLARAÇÃO**, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou por empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, estabelecido pela referida Lei (Modelo do **Anexo VII** deste Edital).

12.2. A apresentação da documentação exigida neste Edital estende-se às Microempresas ou às Empresas de Pequeno Porte.

12.2.1. Se a documentação enviada nos termos dos subitens anteriores for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de **02 (dias) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão licitante, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

12.2.2. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, conforme previsto no art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º, § 4º, do Decreto nº. 6.204/2007 e no art. 5º, § 3º da Lei Estadual nº 17.928/2012.

12.3. A licitante que for **declarada vencedora** do objeto do presente Pregão Eletrônico terá o **prazo de no máximo 02 (duas) horas para enviar, via e-mail: cpl@tce.go.gov.br os documentos necessários para habilitação.**

12.4. A licitante que for declarada vencedora do presente Pregão Eletrônico e que encaminhar os documentos de habilitação via e-mail (cpl@tce.go.gov.br), deverá enviá-los para este Tribunal, localizado na Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº 332, (Bloco Anexo, 1º Andar, Secretaria Administrativa), Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010, no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**. Caso a vencedora seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias.

12.5. A licitante regularmente cadastrada e habilitada parcialmente perante o Tribunal de Contas do Estado de Goiás poderá apresentar o CRC (Certificado de Registro Cadastral), emitido pelo Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás - CADFOR;

12.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia autenticada em Cartório.

12.7. Os documentos remetidos por meio do eletrônico, poderão ser solicitados em original



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pela Pregoeira.

12.8. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, localizado na **Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº. 332 (Bloco Anexo, 1º Andar, Secretaria Administrativa)**, Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010.

12.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.11. A licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos das licitantes brasileiras, no caso de ser considerada vencedora.

12.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.13. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

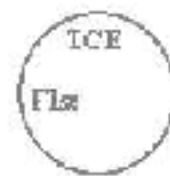
12.14. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do TCE-GO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.15. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará à Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.16. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.17. As licitantes deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

12.17.1. comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

12.17.2. 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) ter a licitante fornecido ou executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, no mínimo os quantitativos abaixo especificados, de cada **GRUPO**, para o qual esteja concorrendo, quais sejam:

GRUPO 1 = lote 1: LINHAS "A" - Presidente

Poltrona Giratória "A"	5
------------------------	---

GRUPO 2 = LOTE 2: LINHA "B1" – OPÇÃO 1: Acabamento em TELA (Conselheiros, Corregedor, Procurador-Geral e Plenário) e "F"

Poltrona Giratória "B1"	9
Poltrona Giratória Operacional com Braço	300
Poltrona Giratória Operacional sem Braço	45
Cadeira Fixa Operacional sem Braço	40

GRUPO 3 = LOTE 3: OPÇÃO 2: Acabamento em COURO (Conselheiros, Corregedor, Procurador-Geral e Plenário) e "F"

Poltrona Giratória "B2"	9
-------------------------	---

GRUPO 4 = LOTE 4: LINHAS "C" e "D" - Procuradores, Auditores e Secretários

Poltrona Giratória "C" e "D"	13
Poltrona Giratória Interlocutor "C" e "D"	40

GRUPO 5 = LOTE 5: LINHAS "E" e "F" – Gerentes e Chefes

Poltrona Giratória "E"	12
Poltrona Fixa Interlocutor "E" e "F"	55

GRUPO 6 = LOTE 6: LINHAS "A" e "B" – Presidente, Conselheiros, Corregedor e Procurador-Geral

Sofá 2 Lugares "A" e "B"	8
--------------------------	---

GRUPO 7 = LOTES: 7, 8 e 9: LINHAS "B", "C", "D" e "E" – Conselheiros, Procuradores, Auditores e Secretários

Poltrona 3 Lugares com Braço	6
Poltrona Fixa de Espera "B", "C" e "D"	5
Poltrona Fixa de Espera "E"	19

GRUPO 9 = LOTE 11: LINHAS "A" e "B" - OPÇÃO 2: Tampo com acabamento em MADEIRA - Presidência, Conselheiros, Corregedor e Procurador-Geral

Mesa Executiva Retangular "A" e "B" 2100x1000x740 mm	5
Armário Baixo Aberto "A" e "B" 750x570x570	5

GRUPO 10 = LOTES 12 e 13: Estantes e Armários de Aço

Estante de Aço	65
Armário Guarda Volumes Duplo 8 Portas	13

GRUPO 11 = LOTE 14: Estantes para Livros

Estante Dupla para Livros	32
---------------------------	----

12.18. Considera-se **valor estimado da contratação**, para efeito deste Pregão Eletrônico, o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

somatório dos **LOTES** que a licitante foi considerada vencedora.

12.19. A Pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

12.20. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da licitante.

13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, manifestar sua intenção de recorrer, por meio eletrônico e em campo próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de até 2 (duas) horas após o licitante ser declarado vencedor.

13.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica objetivamente os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela Pregoeira.

13.1.2. Será concedido à licitante que manifestar a **intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões, também por meio eletrônico e em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada de qualquer licitante em interpor recurso importará a decadência do direito de recorrer e adjudicação do objeto pela Pregoeira à vencedora.

13.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos e nem as contrarrazões apresentadas após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo *chat*, por fax, correios ou entregue pessoalmente.

13.4. A apreciação dos recursos será feita pela pregoeira, de forma motivada, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo.

13.4.1. Após a decisão, a Pregoeira submeterá o resultado à Autoridade Competente para deliberação.

13.5. O encaminhamento à Autoridade Competente se dará apenas se a pregoeira, motivada e justificadamente, não acatar as razões do recurso interposto e manter a decisão atacada.

13.6. A Autoridade Competente terá o prazo de até **3 (três) dias úteis** para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo devidamente justificado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

13.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às interessadas por meio do site www.tce.go.gov.br e por e-mail.

13.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas na sede do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, localizado na **Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº 332, (Bloco Anexo, 1º Andar, Secretaria Administrativa)**, Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010, no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Pregoeira fará a adjudicação do objeto à licitante vencedora e a Autoridade Competente homologará a licitação.

14.2. Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, o procedimento será submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

14.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação, pela Pregoeira, do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).

14.4. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a adjudicatária será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços**, no prazo definido neste Edital.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o **TCE-GO** - Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação, convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a **Ata de Registro de Preços (Anexo III)**, que depois de cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas neste Edital e na respectiva Ata.

15.2. O prazo de validade da **Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, a contar da data de sua assinatura.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

15.2.1. Durante o prazo de validade da **Ata de Registro de Preços** as propostas selecionadas no **Registro de Preços** ficarão à disposição do **TCE-GO** para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

16. DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1. Serão registrados os preços da(s) licitante(s) vencedora(s), conforme ordem de classificação, observando-se o seguinte:

a) os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados pelo TCE-GO e ficarão disponibilizados durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**;

b) para a contratação, os órgãos e entidades interessados no objeto desta licitação poderão solicitar adesão à **Ata de Registro de Preços** ao TCE-GO que, a seu critério, **poderá** autorizar e indicará a FORNECEDORA, os respectivos preços a serem praticados e demais condições estabelecidas na Ata.

17. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação com a fornecedora registrada, após a convocação pelo Órgão Gerenciador, será formalizada por intermédio de Contrato.

17.1.1. A FORNECEDORA será convocada para assinar o Contrato **no prazo de até 05 (cinco) dias, a partir da convocação**, conforme minuta constante do **Anexo II**, podendo este prazo ser prorrogado por justo motivo e a critério do Órgão Gerenciador.

17.2. A recusa injustificada da FORNECEDORA registrada em assinar o contrato durante o prazo de vigência da Ata caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei.

17.3. O prazo de vigência do Contrato a ser celebrado será de **45 (quarenta e cinco) dias úteis**, contado a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, observando-se o que dispõe os subitens 6.1 e 6.1.1 do **Termo de Referência**.

17.4. Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, a fornecedora registrada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.5. A critério do TCE-GO, por se tratar de compra com entrega imediata e integral, o “termo do contrato” **poderá** ser substituído por Nota de Empenho, observadas as disposições do § 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

18.1. As despesas decorrentes da aquisição dos bens relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário **2014.0250.01.032.4001.4001, Grupo 04**, do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, natureza de despesa **4.4.90.92.27 – Mobiliário em Geral**, à conta de crédito apropriado consignado nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais.

19. DO TERMO DE CONTRATO

19.1. As condições contratuais constam da minuta de contrato, **Anexo II** deste Edital.

19.2. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o **TCE-GO** emitirá as notas de empenho e firmará o(s) respectivo(s) Contrato(s) com a(s) empresa(s) adjudicatária(s), visando o fornecimento do objeto desta licitação, nos termos da minuta que integra este Edital.

19.3. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato, no **prazo estipulado no subitem 17.1.1 deste edital**, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser prorrogado até 15 (quinze) dias úteis.

19.4. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e a Pregoeira convocará outra licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma Lei.

19.5. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gerente do Produto, o Gerente de Administração ou servidor por ele indicado, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

19.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

19.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

19.8. Pela inexecução total ou parcial do Contrato o TCE-GO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal nº. 8.666/93 combinado com os artigos 77 a 83 da Lei de Licitações e Contratos do Estado de Goiás, nº 17.928/2012, sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

20. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

20.1. A entrega, montagem e instalação dos produtos objeto desta licitação iniciar-se-á no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado da assinatura do contrato, e após o recebimento, pelo fornecedor, da solicitação realizada pela Gerência Administrativa do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, por meio de “**Autorização para Entrega**” ou “**Ordem de Fornecimento**”, a partir de informações constantes do contrato ou na respectiva nota de empenho.

20.1.1. O **prazo máximo de execução** do objeto proposto será de **15 (quinze) dias**, contado do término do prazo de início (**30 dias**) estabelecido neste item.

20.1.2. A CONTRATADA deverá comunicar de imediato ao TCE-GO eventual impedimento ao fornecimento dos mobiliários no prazo acima estipulado.

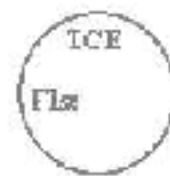
20.1.3. É expressamente vedada à CONTRATADA transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto desta Licitação.

20.2. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o local e endereço para a entrega, montagem e instalação dos mobiliários a serem fornecidos, que será na Nova Sede Administrativa do TCE-GO, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, parte da antiga Fazenda Retiro, Região Norte de Goiânia.

20.3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens originais intactas, apropriadas para armazenamento, em caixas, seladas e lacradas de forma a preservar a entrada de umidade, poeira e proteção contra amassamentos, rasgo, deformações e alterações de cor (caixas empilhadas e embaladas em filme plástico apoiadas sobre estrado de madeira [paletes]), contendo as indicações de marca do fabricante e conteúdo, da procedência, data de fabricação, lote, com a identificação da CONTRATADA (Razão Social, CNPJ, e outras informações pertinentes) e dados do certame licitatório (Número do Edital, da Nota de Empenho e da Nota Fiscal);

20.4. No ato da entrega, a CONTRATADA, de posse de uma via do contrato ou da Nota de Empenho, deverá apresentar a Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao fornecimento dos produtos, comprovado pela “Autorização para Entrega” ou “Ordem de Fornecimento”, ao setor competente do TCE-GO, a qual será conferida e atestada por servidor ou pela Comissão de Avaliação e Recebimento, designada para este fim específico.

21. DO PAGAMENTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

21.1. A contratada apresentará Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, discriminando, **detalhadamente**, todos os bens, assim como os impostos incidentes sobre os mesmos e respectivos valores.

21.2. Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pela Gerência de Administração - Serviço de Material e Patrimônio - SMP do **TCE-GO**.

21.3. O pagamento será efetuado por meio de Ordem de Pagamento creditada em conta corrente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado do **Recebimento Definitivo** do mobiliário e entrega do documento fiscal, devidamente atestado, à Gerência de Orçamento e Finanças, no Térreo do Bloco "B" da sede do **TCE-GO**.

21.3.1. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

21.4. A Nota Fiscal ou Fatura incompleta ou que apresentar qualquer tipo de rasura ou incorreção será devolvida para substituição.

21.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

21.6. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante o fornecimento dos bens objetos desta aquisição.

21.7. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará a CONTRATADA sujeita às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou de sanções com penalidades.

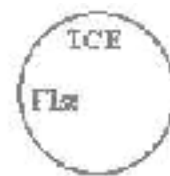
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

b) 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;

c) 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

22.2. Será configurada a inexecução parcial quando houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias.

22.3. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;

b) todo o fornecimento não for aceito pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** por não atender às especificações.

22.4. O **TCE-GO** poderá rescindir a avença, em caso de inexecução parcial ou inexecução total do seu objeto.

22.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, observando-se o seguinte:

22.5.1. se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

22.5.2. esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao **TCE-GO**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa, na forma da Lei.

22.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, o **TCE-GO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.6.1. advertência;

22.6.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

22.6.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com **TCE-GO**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

22.6.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o **TCE-GO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

22.6.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo **TCE-GO**, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

22.6.6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **TCE-GO**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação aplicável.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do comprador, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à licitante tenha direito a qualquer indenização.

24.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

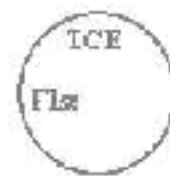
24.3. À Pregoeira ou à Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

24.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo comprador.

24.7. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua **Proposta de Preços**, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta de preços, *falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou* cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

24.10. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado **Proposta de Preços**.

24.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

24.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

24.14. Para exercício do direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, aplicar-se-ão, no curso desta licitação, as determinações contidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Estadual nº 17.928/2012, as quais deverão comprovar sua condição quando a apresentação dos documentos relativos à habilitação, resguardando o comprador a faculdade de realizar as diligências que julgar necessária.

24.15. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser lidos e retirados por meio da Internet, no site www.licitacoes-e.com.br, poderão também ser obtidos no site www.tce.go.gov.br ou na sede do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (com prévio recolhimento de taxas limitado ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida, conforme art. 32, § 5º da Lei 8.666/93 e Decreto Estadual nº 5.721/03), localizado na Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº 332, (Bloco Anexo, 1º Andar, Secretaria Administrativa), Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.003-010.

24.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3201-9034 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Comissão Permanente de Licitação) OU pelo e-mail: cpl@tce.go.gov.br.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

24.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 04 de Agosto de 2014.

André Luiz Costa Rodrigues
EQUIPE DE APOIO

Cristine Ferreira de Paiva Strega
EQUIPE DE APOIO

Kellen Christiane Alves
EQUIPE DE APOIO

Marcelo Augusto Xavier
EQUIPE DE APOIO

Luiz Paulo Barbosa da Conceição
EQUIPE DE APOIO

Polyane Vieira Meireles
PREGOEIRA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

REGISTRO DE PREÇOS

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA A NOVA SEDE
ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

1. OBJETO

1.1. Contratação, mediante **Sistema de Registro de Preços**, de empresa especializada para **eventual** fornecimento, montagem e instalação de mobiliário a ser utilizado pelas diversas Unidades Técnicas e pelos Gabinetes do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás-TCE-GO**.

1.2. O mobiliário a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011.

1.3. As descrições e especificações técnicas, quantidades estimadas para cada item, os valores unitários e totais de contratação do objeto referente a esta aquisição são aqueles constantes do **Anexo I** deste **Termo de Referência**.

1.3.1. As medidas dos móveis (comprimento, largura, profundidade e altura) poderão oscilar, para mais ou para menos, conforme especificado no Anexo I – Especificações Técnicas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

1.3.2. Havendo divergência entre os desenhos apresentados e as especificações, prevalecerá aquilo que constar das especificações constantes do **Anexo I** deste **Termo de Referência**.

1.3.3. As cores indicadas nas especificações técnicas são referenciais. Deverá ser apresentada a cartela de cores para a definição final de cores para tampos, painéis e outras peças de madeira, partes metálicas e revestimentos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Como parte dos procedimentos necessários ao funcionamento dos Gabinetes e das Unidades Técnicas que estarão desempenhando suas atividades nas instalações do edifício da **Nova Sede Administrativa do TCE-GO**, faz-se necessário que sejam adquiridos móveis para possibilitar a utilização daquela edificação de forma adequada e satisfatória.

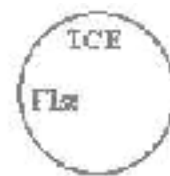
2.2. A elaboração de uma **Ata de Registro de Preços** do mobiliário especificado neste **Termo de Referência** se justifica em função da iminente ocupação do edifício da Nova Sede Administrativa, ocasião em que o TCE-GO necessitará de mobiliário em quantidade e qualidade suficientes para atender à nova realidade de espaço físico e *layout*, garantindo, assim, melhores condições de desempenho de suas atividades.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços para aquisição do mobiliário deve-se aos benefícios quanto aos procedimentos para registro formal de preços relativos às contratações futuras do TCE-GO, onde estas obedecem à conveniência e às necessidades do órgão gerenciador, possibilitando a compra parcelada que resulta em economia de espaço em relação ao volume de estoque, como também devido à realização de procedimento licitatório sem disponibilidade orçamentária, possibilitando melhor planejamento de suas aquisições.

2.4. A fim de atender a esta demanda, o presente procedimento licitatório para o respectivo Registro de Preços tem como finalidade elaboração de uma **Ata de Registro de Preços** para eventual aquisição do mobiliário especificado neste **Termo de Referência** e seus Anexos.

2.5. Estão sendo anexadas especificações detalhadas e orçamentos estimados para subsidiarem os procedimentos desta licitação e para futura aquisição do referido mobiliário.

3. ESTIMATIVA DO REGISTRO DE PREÇOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

3.1. O custo estimado total do presente Registro de Preços é de **R\$ 3.367.941,65** (três milhões trezentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta e um reais sessenta e cinco centavos).

3.2. O custo estimado foi apurado a partir de planilha de quantitativos e preços unitários, constante do processo administrativo, elaborada com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas no ramo de mobiliário corporativo, mediante pesquisa de mercado.

3.3. A planilha de quantitativos, preços unitários e totais, **estimando** o valor a ser registrado em **Ata de Registro de Preços** devem integrar o processo licitatório, mas não necessariamente o edital ou seus anexos, vez que, na modalidade pregão, não existe imposição legal em tal sentido.

3.4. Assim, a divulgação pode desde logo prevenir a apresentação de propostas de preços incompatíveis com o valor de mercado, vez que os licitantes terão conhecimento prévio do limite máximo que a Administração está disposta a pagar por aquele objeto.

4. CONDIÇÕES PERTINENTES AO OBJETO

4.1. A licitante deverá possuir, **não como requisito de habilitação**, mas para avaliação da qualidade do produto a ser ofertado nesta licitação, **Certificado de conformidade com as NBR's especificadas para cada produto**, emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.2. A comprovação de que o mobiliário atende às Normas da ABNT será por meio de **certificados** ou **relatórios de desempenho para Avaliação da Conformidade**, em atendimento ao Procedimento Geral de avaliação do produto, de acordo com a Norma específica, realizado pelo INMETRO ou por laboratório acreditado por ele, atestando que os itens que foram submetidos aos procedimentos de avaliação estão em conformidade com as normas técnicas relacionadas para o referido produto.

4.3. As Normas Brasileiras Regulamentadoras da ABNT que deverão ser atendidas são as elaboradas para **mobiliário de escritório**, que definem os requisitos mínimos para classificação, características físicas e dimensionais, e ensaios de estabilidade, resistência e durabilidade deste mobiliário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

4.4. Principais Normas a serem atendidas:

a) ABNT NBR 13960:1997 - Móveis para escritório – Terminologia;

b) ABNT NBR 13962:2006 - Móveis para escritório - **Cadeiras** - Requisitos e métodos de ensaio;

c) ABNT NBR 13966:2008 - Móveis para escritório - **Mesas** - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;

d) ABNT NBR 13967:2009 - Móveis para escritório - Sistemas de Estação de Trabalho - Classificação e métodos de ensaio;

e) ABNT NBR 13961:2010 - Móveis para escritório - **Armários**.

4.5. Comprovação de atendimento à **Norma Regulamentadora nº 17**, emitida por profissional com título de ergonomista certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia - ABERGO.

4.6. Apresentar laudo de ensaio de tinta aplicada na estrutura metálica, emitido por laboratório de controle de qualidade comprovando que:

a) a medida da espessura da camada de tinta (película de proteção) em substrato de base ferrosa tem de *35 a 40 micra* de espessura, com resistência à corrosão, conforme especificação da NBR 8094:1983;

b) a resistência ao arranhamento deverá ser acima de 10 kg.

4.7. Outras Normas específicas, pertinentes à natureza do objeto deste **Termo de Referência** estão relacionadas na parte denominada “DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS DO MOBILIÁRIO OFERTADO”, no final das especificações técnicas de cada lote do **Anexo I – Especificações Técnicas**.

4.8. Os materiais dos objetos devem atender aos critérios de **proteção, resistência, durabilidade, qualidade e conforto**. Os itens que não atenderem a estes critérios, apresentarem defeitos ou não atenderem as especificações presentes neste **Termo de Referência**, no Edital e seus Anexos, serão recusados pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

4.9. A empresa licitante deverá fornecer, ainda, manuais de instruções, catálogos ou folders, fotos ou prospectos ilustrativos, de cada produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação da Pregoeira e sua Equipe, bem como da **Comissão de Avaliação e Recebimento** designada para este fim, tendo como requisitos as condições indicadas neste **Termo de Referência**.

5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS OU PROTÓTIPOS

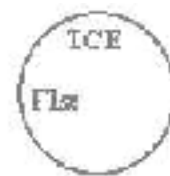
5.1. **Após a etapa de lances**, a licitante detentora da melhor proposta e **provisoriamente** classificada em primeiro lugar, deverá apresentar (entrega e montagem, sem nenhum ônus para o TCE-GO), **amostras** ou **protótipos** seguindo o mesmo padrão do especificado neste **Termo de Referência**, no Edital e seus Anexos.

5.1.1. As **amostras** ou **protótipos** deverão ser entregues em até **5 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação formal, na Nova Sede Administrativa do TCE-GO, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, parte da antiga Fazenda Retiro, Região Norte de Goiânia (será fornecido mapa de localização), para serem analisadas pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** designada para efetuar a verificação e análise da conformidade técnica das especificações das **amostras** ou **protótipos** apresentadas.

5.1.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da **licitante e do processo da licitação** e dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

5.1.3. O local, na Nova Sede Administrativa, onde se efetuará a entrega e montagem das **amostras** ou **protótipos**, será informado quando da solicitação formal a ser encaminhada à licitante convocada.

5.1.4. A solicitação de que trata o subitem anterior informará a data e horário em que serão realizados a avaliação e julgamento técnico das **amostras** ou **protótipos**, que será público e aberto aos demais concorrentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.1.5. A **licitante** será responsável pela retirada e descarte dos materiais inservíveis resultantes da montagem e desmontagem das **amostras** ou **protótipos**, como embalagens, protetores, restos de materiais, etc.

5.2. A **Comissão de Avaliação e Recebimento** emitirá **laudo** em que constará **aprovado sem restrições**, **aprovado com restrições** ou **reprovado**.

5.2.1. A hipótese de “**aprovação com restrições**” somente ocorrerá caso as citadas restrições refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem em incerteza quanto à qualidade, resistência, estabilidade, funcionalidade e durabilidade do objeto).

5.3. Na hipótese do subitem anterior, será concedido novo prazo de **05 (cinco) dias úteis** para correção das ressalvas, mediante os ajustes necessários ou apresentação de novas **amostras** ou **protótipos**, conforme o caso.

5.4. Após as correções ou apresentação de novas **amostras** ou **protótipos**, a **Comissão de Avaliação e Recebimento** emitirá novo laudo, em que constará **aprovado** ou **reprovado**.

5.5. Não será aceita a proposta da licitante que não enviar **amostra** ou **protótipo**, que não apresentá-los no prazo estabelecido ou que tiver a **amostra** ou **protótipo reprovado**, sendo a licitante, neste caso, desclassificada do certame.

5.5.1. Ocorrendo qualquer uma destas hipóteses passar-se-á para a **licitante seguinte**, na ordem de classificação, para **apresentar** suas **amostras** ou **protótipos** nas mesmas condições.

5.5.2. Uma vez aprovada a **amostra** ou **protótipo** de determinada **licitante**, será efetivada a aceitação de sua proposta no sistema, passando-se então para a sua habilitação.

5.6. As **amostras** ou **protótipos aprovados** e que não sofreram nenhum tipo de avaria poderão ser contadas como unidades entregues.

5.7. Os critérios adotados para análise e posterior **aprovação** ou **reprovação** das **amostras** ou **protótipos** são:

5.7.1. **análise de conformidade** – será analisada a conformidade dos móveis ofertados com as especificações técnicas deste **Termo de Referência** e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

seus Anexos, bem como do Edital e seus Anexos, quando serão verificados, conferidos e avaliados, em relação a esta conformidade:

- a) **estruturas** - madeira, aço, alumínio, polímero termoplástico, polipropileno ou outro material utilizado para esta finalidade;
- b) **medidas das espessuras** - tampos, painéis e chapas;
- c) **funcionamento dos sistemas de regulagens** - assento, encosto, apoio de cabeça e apoia-braços;
- d) sistemas de montagem e de fixação;
- e) funcionamento das portas, gavetas, dobradiças e fechaduras;
- f) **acabamento dos componentes metálicos** – cortes, dobras, soldas e pintura;

5.7.2. análise de **qualidade** dos materiais utilizados para a fabricação dos produtos ofertados;

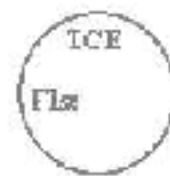
5.7.3. **análise dos acabamentos em geral** - as **amostras** ou **protótipos** deverão apresentar aparência homogênea, com superfícies lisas, sem riscos, sem bolhas, sem arranhões, sem empeno, sem amassados ou qualquer outra imperfeição que possa reduzir a qualidade do produto proposto, que a critério da **Comissão de Avaliação e Recebimento**, poderão ser **reprovados**;

5.7.4. **análise de conformidade com os catálogos ou folders**, fotos ou prospectos apresentados.

5.8. A verificação e análise de **amostras** ou **protótipos** baseiam-se em aspectos de identificação visual, não se atendo a quesitos técnicos de desempenho, durabilidade, **resistência dos materiais** empregados, tendo em vista a inexistência de laboratório próprio para este tipo de análise no âmbito do **TCE-GO**.

5.9. O **laudo** elaborado diz respeito exclusivamente ao exemplar apresentado como amostra, o qual deverá, conforme o caso, ser retido e utilizado como “protótipo padrão” para o recebimento e análise dos demais mobiliários dotados de mesma especificação, quando do recebimento dos móveis referentes aos outros itens e lotes que não tiveram exemplares submetidos à verificação e análise da **Comissão de Avaliação e Recebimento**.

5.10. A entrega e montagem de **amostras** ou **protótipos** serão obrigatoriamente acompanhadas por representante da **licitante** e do TCE-GO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.11. A **Comissão de Avaliação e Recebimento** pronunciar-se-á quanto à **aprovação** ou **reprovação** das amostras apresentadas no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

5.12. Para a presente aquisição, entende-se o termo **amostra** como sendo um **exemplar completo** de mobiliário objeto desta licitação, fabricado com materiais novos, seguindo exatamente as especificações técnicas constantes do **Anexo I deste Termo de Referência**, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado.

5.12.1. As medidas deverão ser conferidas no local antes dos móveis serem montados.

5.13. As amostras que deverão ser apresentadas são:

GRUPO 1 = LOTE 1: LINHA "A" (Presidente)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	CADEIRA	Poltrona Giratória "A"

GRUPO 2 = LOTE 2: LINHA "B1" – OPÇÃO 1: Acabamento em TELA (Conselheiros, Corregedor, Procurador-Geral e Plenário) e "F"

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	CADEIRA	Poltrona Giratória "B1"
ITEM 03	CADEIRA	Cadeira Giratória Operacional com Braço
ITEM 04	CADEIRA	Cadeira Giratória Operacional sem Braço
ITEM 05	CADEIRA	Cadeira Fixa Operacional sem Braço

GRUPO 3 = LOTE 3: LINHA "B2" – OPÇÃO 2: Acabamento em COURO (Conselheiros, Corregedor, Procurador-Geral e Plenário)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	CADEIRA	Poltrona Giratória "B2"

GRUPO 4 = LOTE 4: LINHAS "C" e "D" (Procuradores, Auditores e Secretários)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	CADEIRA	Poltrona Giratória "C" e "D"
ITEM 02	CADEIRA	Poltrona Giratória Interlocutor "C" e "D"

GRUPO 5 = LOTE 5: LINHAS "E" e "F" (Gerentes e Chefes)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	CADEIRA	Poltrona Giratória "E"
ITEM 02	CADEIRA	Poltrona Fixa Interlocutor "E" e "F"

GRUPO 6 = LOTE 6: LINHAS "A" e "B" (Presidente, Conselheiros, Corregedor e Procurador-Geral)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 02	SOFÁ	Sofá 2 lugares "A" e "B"

GRUPO 7: LINHAS: "B", "C", "D" e "E" (Conselheiros, Procuradores, Auditores e Secretários)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

LOTES	MÓVEL	DESCRIÇÃO
LOTE 7	CADEIRA	Poltrona 3 Lugares com Braço
LOTE 8	CADEIRA	Poltrona Fixa de Espera "B", "C" e "D"
LOTE 9	CADEIRA	Poltrona Fixa de Espera "E"

GRUPO 8 = LOTE 10: LINHAS "A" e "B" – OPÇÃO 1: Tampo com acabamento em COURO (Presidência, Conselheiros, Corregedor e Procurador-Geral)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	MESA	Executiva Retangular "A" e "B"
ITEM 02	MESA	Auxiliar Executiva Retangular "A" e "B"

GRUPO 9 = LOTE 11: LINHAS "A" e "B" – OPÇÃO 2: Tampo com acabamento em MADEIRA (Presidência, Conselheiros, Corregedor e Procurador-Geral)

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	MESA	Executiva Retangular "A" e "B"
ITEM 02	ARMÁRIO	Armário Baixo Aberto "A" e "B"

GRUPO 10: Estantes e Armários de Aço

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

LOTES	MÓVEL	DESCRIÇÃO
LOTE 12	ESTANTE	Estante de Aço
LOTE 13	ARMÁRIO	Armário Guarda Volumes Duplo 8 Portas

GRUPO 11 = LOTE 14: Estante para Livros

Apresentar 01 (um) exemplar completo de:

ITENS	MÓVEL	DESCRIÇÃO
ITEM 01	ESTANTE	Estante Dupla para Livros



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.14. A(s) licitante(s) obriga(m)-se a apresentar, a critério da **Comissão de Avaliação e Recebimento**, laudos de ensaios, emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, de conformidade de características específicas das **amostras** ou **protótipos** que as confrontem com as exigências deste Termo de Referência e seus Anexos, caso o móvel analisado não seja suficiente para dirimir questionamentos que porventura surjam durante sua análise.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA

6.1. A entrega, montagem e instalação dos produtos objeto desta licitação iniciar-se-á no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado da assinatura do contrato, e após o recebimento, pelo fornecedor, da solicitação realizada pela Gerência Administrativa do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, por meio de “**Autorização para Entrega**” ou “**Ordem de Fornecimento**”, a partir de informações constantes do contrato ou na respectiva nota de empenho.

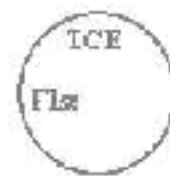
6.1.1. O **prazo máximo de execução** do objeto proposto será de **15 (quinze) dias**, contado do término do prazo de início (**30 dias**) estabelecido neste item.

6.1.2. A CONTRATADA deverá comunicar de imediato ao TCE-GO eventual impedimento ao fornecimento dos mobiliários no prazo acima estipulado.

6.1.3. É expressamente vedada à CONTRATADA transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto referente ao contrato decorrente deste **Termo de Referência**.

6.2. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o local e endereço para a entrega, montagem e instalação dos mobiliários a serem fornecidos, que será na Nova Sede Administrativa do TCE-GO, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, parte da antiga Fazenda Retiro, Região Norte de Goiânia. (será fornecido mapa de localização).

6.3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens originais intactas, apropriadas para armazenamento, em caixas, seladas e lacradas de forma a preservar a entrada de umidade, poeira e proteção contra amassamentos, rasgo, deformações e alterações de cor (caixas empilhadas e embaladas em filme plástico apoiadas sobre estrado de madeira [paletes]),



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

contendo as indicações de marca do fabricante e conteúdo, da procedência, data de fabricação, lote, com a identificação da CONTRATADA (Razão Social, CNPJ, e outras informações pertinentes) e dados do certame licitatório (Número do Edital, da Nota de Empenho e da Nota Fiscal);

6.4. No ato da entrega, a CONTRATADA, de posse de uma via do contrato ou da Nota de Empenho, deverá apresentar a Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao fornecimento dos produtos, comprovado pela “Autorização para Entrega” ou “Ordem de Fornecimento”, ao setor competente do TCE-GO, a qual será conferida e atestada por servidor ou pela Comissão de Avaliação e Recebimento, designada para este fim específico.

7. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

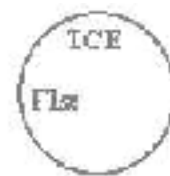
7.1. No recebimento e aceitação dos produtos serão consideradas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

7.2. Os produtos serão recebidos **provisoriamente** pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** do **TCE-GO**, em local definido pelo mesmo, mediante Termo de Recebimento Provisório, para verificação da conformidade com as exigências contidas neste **Termo de Referência**, no Edital e seus Anexos, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições, sob pena de não recebimento dos mesmos.

7.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

7.4. Na hipótese do subitem anterior, o recebimento dos produtos escoimados dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

7.5. Os produtos serão recebidos **definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o mobiliário adquirido encontra-se montado e instalado conforme *layout*, e em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

contratado, após o aceite da **Comissão de Avaliação e Recebimento** designada pelo **TCE-GO**, mediante **Laudo de Recebimento Definitivo**.

7.6. A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, Nota Fiscal ou Fatura de serviços, em duas vias, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

7.7. Para os produtos que apresentarem defeitos, imperfeições, alterações e irregularidades ou apresentarem quaisquer características discrepantes às descritas neste **Termo de Referência**, no Edital e seus Anexos, Normas Técnicas, Laudos Técnicos e de Aprovação, **ainda que constatados depois do recebimento definitivo**, a CONTRATADA será notificada para saná-los ou substituí-los, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, às suas expensas, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

7.8. De acordo com o item anterior, a **Aceitação Definitiva** não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de **garantia de 5 (cinco) anos**.

8. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do **Código de Defesa do Consumidor** (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

8.2. Deverá ser fornecida pelo fabricante do mobiliário uma declaração que prestará a **garantia** respectiva contra defeitos de fabricação e reposição de peças por um período não inferior a **05 (cinco) anos**.

8.3. No caso da assistência técnica ou da manutenção ser terceirizada, deverá ser apresentada declaração emitida pela empresa indicada para assistência técnica ou pela manutenção, assinada por representante devidamente constituído e comprovado, com firma reconhecida, demonstrando o comprometimento na prestação da assistência técnica ou da manutenção.

8.3.1. Apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de origem da Empresa Indicada para Assistência Técnica ou Manutenção, emitida no



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

máximo a 30 (dias) anteriores à data prevista para a abertura da licitação, comprovando por meio do seu Objeto Social a habilitação para exercer tal atividade.

9. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

9.1. A adjudicação do objeto será feita da seguinte forma:

9.1.1. para os **LOTES** de 1 a 6 e os **LOTES** 10, 11 e 14 (que correspondem aos GRUPOS: de 1 a 6, 8, 9 e 11) - as propostas serão por **LOTE FECHADO** e será aceita, de cada licitante, somente uma proposta por **LOTE FECHADO**;

9.1.2. para os **LOTES** 7, 8, 9, 12 e 13 (que correspondem aos GRUPOS: 07 e 10) - as propostas serão por **LOTE INDIVIDUAL** e será aceita, de cada licitante, somente uma proposta por **LOTE INDIVIDUAL**.

9.2. A licitante não poderá apresentar, seja por **LOTE FECHADO** ou por **LOTE INDIVIDUAL**, nos termos do subitem anterior, preços superiores ao valor máximo estimado pelo TCE-GO (**Anexo III** deste **Termo de Referência**), sob pena de desclassificação da proposta.

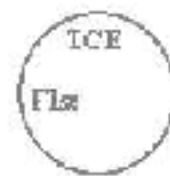
10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE-GO** será o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para **Registro de Preços** e gerenciamento da **Ata de Registro de Preços** decorrente da licitação referente a este **Termo de Referência**.

10.2. A **Ata de Registro de Preços** terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, e sua gestão ficará a cargo da Gerência de Administração - Serviço de Acompanhamento de Contratos do **TCE-GO**, especialmente designada, em atendimento ao art. 67, da Lei nº 8.666/1993.

10.3. Quando da contratação, deverá estar definido o cronograma de entrega, montagem e instalação do mobiliário, baseado no quantitativo total contratado, de acordo com o prazo estipulado no subitem 6.1 deste **Termo de Referência**.

10.3.1. É facultada a substituição do contrato por outro instrumento hábil, a critério do TCE-GO e independentemente de seu valor, nos casos de compra com



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA deverá possuir os requisitos de qualificação técnica completos para o fornecimento do mobiliário objeto deste **Termo de Referência**.

11.2. Fornecer, durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**, o objeto licitado estritamente com as mesmas características das especificações exigidas neste **Termo de Referência** e qualidade dentro dos padrões mínimos exigidos pela legislação e normas técnicas vigentes, no Edital e seus anexos.

11.3. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **TCE-GO** referente à forma de fornecimento, montagem e instalação do mobiliário licitado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas;

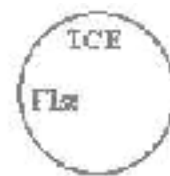
11.4. Comunicar, por escrito e imediatamente, ao gestor da **Ata de Registro de Preços**, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento do produto nas condições e prazo pactuados.

11.5. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários.

11.6. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 7.437, de 06 de setembro de 2011, Decreto Estadual nº. 7.468, de 20 de outubro de 2011, Decreto Estadual nº 7.562, de 01 de março de 2012 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas condições estabelecidas neste **Termo de Referência**, no Edital e seus anexos.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

12.1. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas nos produtos fornecidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

12.2. Informar, tempestivamente, o local de entrega, montagem e instalação do mobiliário adquirido.

12.3. Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.

13. PAGAMENTO

13.1. A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, Nota Fiscal ou Fatura de serviços, em duas vias, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

13.2. O pagamento será efetuado pelo **TCE-GO** no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento definitivo do mobiliário e dos respectivos documentos comprobatórios, e após protocolização da Nota Fiscal ou Fatura correspondente na Gerência de Gestão Documental, devidamente atestada, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

13.3. O pagamento **poderá** ser efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos:

13.3.1. Na ocorrência de rejeição de Nota Fiscal ou Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

13.4. A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas no Edital e seus Anexos.

14. SANÇÕES

14.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

b) 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

c) 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total.

14.2. Será configurada a inexecução parcial quando houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias.

14.3. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;

b) todo o fornecimento não for aceito pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** por não atender às especificações.

14.4. O **TCE-GO** poderá rescindir a avença, em caso de inexecução parcial ou inexecução total do seu objeto.

14.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, observando-se o seguinte:

14.5.1. se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

14.5.2. esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao **TCE-GO**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa, na forma da Lei.

14.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, **TCE-GO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.6.1. advertência;

14.6.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

14.6.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com **TCE-GO**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

14.6.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o **TCE-GO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

14.6.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo **TCE-GO**, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

14.6.6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **TCE-GO**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROJETO, ESPECIFICAÇÕES E FISCALIZAÇÃO

15.1. Gerência de Controle de Obras e Serviços de Engenharia - Serviço de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - Edificações.

15.2. No caso de dúvidas ou omissões a respeito deste Termo de Referência os questionamentos deverão ser formulados à Gerência de Controle de Obras e Serviços de Engenharia - Serviço de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – Edificações, por meio da Comissão Permanente de Licitação.

16. ANEXOS

16.1. São partes integrantes deste **Termo de Referência** os seguintes anexos:

16.1.1. Anexo I - Especificações Técnicas

16.1.2. Anexo II - Planilha de Quantitativos

16.1.3. Anexo III - Estimativa de Custos

16.1.4. Anexo IV - Projeto com Layout



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

16.1.5. Anexo V - Glossário de Termos Técnicos

16.1.6. Anexo VI - Planilha de Linhas Adotadas

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, aos 15 de julho de 2014.

Equipe Técnica de Aquisição do Mobiliário da Nova Sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, constituída pela Portaria nº 613, de 1º de outubro de 2012.

Ana Cristina de Castro Abreu Almeida
Membro

Liana de Araújo Domingues Sá
Membro

Daniel Baptista Lins Rocha
Membro

Nívia de Oliveira Filho
Membro

Fernando Xavier da Silva
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO II – PLANILHA DE QUANTITATIVOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO III – ESTIMATIVA DE CUSTOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO IV – PROJETO COM LAYOUT



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO V – GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO VI – PLANILHA DE LINHAS ADOTADAS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO II

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

MINUTA DO CONTRATO

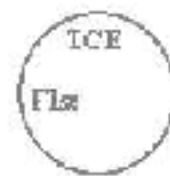
CONTRATO de aquisição de _____, que entre si celebram, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE**, como **CONTRATANTE** e a empresa _____, como **CONTRATADA**.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, órgão de controle externo, instituído pela Constituição Estadual em seus artigos 25 e 26, dotado de autonomia administrativa, financeira e funcional, situado em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, nº 332, Centro, Goiânia/GO, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 02.291.730/0001-14, neste ato representado por seu Presidente, **Conselheiro Edson José Ferrari**, brasileiro, inscrito no CPF (MF) sob o nº 135.131.761-04, doravante denominado simplesmente como **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida à _____, neste ato representada por _____, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF (MF) nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram, o presente **CONTRATO**, decorrente do Pregão Eletrônico nº **031/2014**, no ato homologatório exarado no Despacho nº _____, de _____, da Presidência do TCE-GO, nos autos do Processo nº **201400047001810**, que ficam fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93 e Lei de Licitações e Contratos do Estado de Goiás nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação, mediante **Sistema de Registro de Preços**, de empresa especializada para fornecimento, montagem e instalação de mobiliário a ser utilizado pelas diversas Unidades Técnicas e pelos Gabinetes do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás-TCE-GO**.

1.2. O mobiliário objeto deste Contrato, com as especificações técnicas e quantidades, está descrito no **Termo de Referência** e seus Anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

1.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto referente a este Contrato, conforme previsto no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

1.4. Fazem parte integrante deste CONTRATO, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Termo de Referência e seus Anexos.
- b) Edital Pregão Eletrônico nº. 031/2014 e seus anexos.
- c) Proposta de Preços da CONTRATADA.
- d) Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA ENTREGA DOS BENS.

2.1. A entrega, montagem e instalação dos produtos objeto deste Contrato iniciar-se-á no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado da assinatura deste Contrato, e após o recebimento, pelo fornecedor, da solicitação realizada pela Gerência Administrativa do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, por meio de “**Autorização para Entrega**” ou “**Ordem de Fornecimento**”, a partir de informações constantes do contrato ou na respectiva nota de empenho.

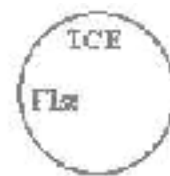
2.1.1. O **prazo máximo de execução** do objeto proposto será de **15 (quinze) dias**, contado do término do prazo de início (**30 dias**) estabelecido neste item.

2.1.2. A CONTRATADA deverá comunicar de imediato ao TCE-GO eventual impedimento ao fornecimento dos mobiliários no prazo acima estipulado.

2.1.3. É expressamente vedada à CONTRATADA transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto deste Contrato.

2.2. A CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o local e endereço para a entrega, montagem e instalação dos mobiliários a serem fornecidos, que será na Nova Sede Administrativa do TCE-GO, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, parte da antiga Fazenda Retiro, Região Norte de Goiânia (será fornecido mapa de localização).

2.3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens originais intactas, apropriadas para armazenamento, em caixas, seladas e lacradas de forma a preservar a entrada de umidade, poeira e proteção contra amassamentos, rasgo, deformações e alterações de cor (caixas empilhadas e embaladas em filme plástico apoiadas sobre estrado de madeira [paletes]), contendo as indicações de marca do fabricante e conteúdo, da procedência, data de fabricação, lote, com a identificação da CONTRATADA (Razão Social, CNPJ, e outras informações pertinentes) e dados do certame licitatório (Número do Edital, da Nota de Empenho e da Nota Fiscal);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

2.4. No ato da entrega, a CONTRATADA, de posse de uma via do contrato ou da Nota de Empenho, deverá apresentar a Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao fornecimento dos produtos, comprovado pela “Autorização para Entrega” ou “Ordem de Fornecimento”, ao setor competente do TCE-GO, a qual será conferida e atestada por servidor ou pela Comissão de Avaliação e Recebimento, designada para este fim específico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DOS BENS

3.1. No recebimento e aceitação dos produtos serão consideradas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

3.2. Os produtos serão recebidos **provisoriamente** pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** do **TCE-GO**, em local definido pelo mesmo, mediante Termo de Recebimento Provisório, para verificação da conformidade com as exigências contidas neste **Contrato, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014 e seus Anexos**, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições, sob pena de não recebimento dos mesmos.

3.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, a CONTRATADA deverá efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

3.4. Na hipótese do subitem anterior, o recebimento dos produtos escoimados dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

3.5. Os produtos serão recebidos **definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o mobiliário adquirido encontra-se montado e instalado conforme *layout*, e em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado, após o aceite da **Comissão de Avaliação e Recebimento** designada pelo **TCE-GO**, mediante **Laudo de Recebimento Definitivo**.

3.6. A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, Nota Fiscal ou Fatura de serviços, em duas vias, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

3.7. Para os produtos que apresentarem defeitos, imperfeições, alterações e irregularidades ou apresentarem quaisquer características discrepantes às descritas neste **Termo de Referência**, no Edital e seus Anexos, Normas Técnicas, Laudos Técnicos e de Aprovação, **ainda que constatados depois do recebimento definitivo**, a CONTRATADA será notificada para saná-los ou substituí-los, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

tempo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, às suas expensas, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

3.8. De acordo com o item anterior, a **Aceitação Definitiva** não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de **garantia de 5 (cinco) anos**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, o **CONTRATANTE** se obriga a:

4.1.1. Exercer a fiscalização de execução do objeto deste Contrato por meio da Unidade Técnica competente previamente indicada, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/93;

4.1.2. Manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando requerido;

4.1.3. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** na forma convencionada neste Instrumento, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.4. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa efetuar a entrega dos móveis dentro das normas e condições estabelecidas na Licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº 031/2014;

4.1.5. Permitir livre acesso dos técnicos da **CONTRATADA** aos locais onde serão entregues, montados e instalados os móveis, observadas as normas de segurança pertinente;

4.1.6. Receber o objeto entregue, montado e instalado no local previamente determinado pela unidade responsável pelos recebimentos provisório e definitivo;

4.1.7. Realizar rigorosa conferência das características dos móveis entregues, por meio do Gerente de Administração, juntamente com a sua equipe, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem;

4.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** para a fiel execução do contrato;

4.1.9. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre irregularidades observadas no cumprimento das obrigações contratuais;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

4.1.10. Rescindir o contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93.

4.1.11. O fiel cumprimento de todas as Cláusulas e demais condições estabelecidas no presente Contrato e previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

5.1.1. Orientar tecnicamente os responsáveis pela entrega, montagem e instalação do mobiliário adquirido, fornecendo os esclarecimentos necessários que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**;

5.1.2. Proceder à entrega dos móveis, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

5.1.3. Entregar os móveis adquiridos sempre acompanhados dos respectivos manuais técnico-operacionais, termo de garantia, catálogos e outros documentos referentes aos bens fornecidos, todos redigidos em português;

5.1.4. Providenciar a importação dos bens em nome do **CONTRATANTE**, quando for o caso;

5.1.5. Embarcar o bem no porto e/ou aeroporto, nos prazos e condições estabelecidos em sua **Proposta de Preços**, quando for o caso;

5.1.6. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

5.1.7. Manter no Brasil, no caso da **CONTRATADA** não estar situada no Brasil por meio de empresas de assistência técnica, estoques suficientes de peças sobressalentes, a fim de assegurar à pronta e eficaz manutenção e assistência técnica dos bens fornecidos;

5.1.8. Corrigir defeitos nos bens, inclusive com a sua substituição quando, necessário, sem ônus para o **CONTRATANTE**, durante o período de garantia;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

5.1.9. Responder por todos os ônus referentes à entrega dos bens ora contratados, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

5.1.10. Comunicar imediatamente, por escrito, ao gestor do contrato, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento do produto, nas condições pactuadas;

5.1.11. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o **CONTRATANTE**, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;

5.1.12. Responsabilizar-se:

a) por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

b) pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

5.1.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, montagem ou instalação ou, ainda, de materiais empregados.

5.1.14. Apresentar Nota Fiscal ou Fatura contendo, necessariamente, a descrição dos móveis com marca e modelo, devendo ainda constar o CNPJ e demais dados exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014 e neste Contrato;

5.1.15. Cumprir a garantia dos bens contratados, conforme dispõe o Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014 e seus anexos e este Contrato;

5.1.16. Prestar todos os pedidos de esclarecimentos, atendendo prontamente a todas as reclamações e solicitações que forem feitas pelo **CONTRATANTE**;

5.1.17. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários.

5.1.18. O fiel cumprimento de todas as Cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. O valor do presente Contrato é de R\$ ____ (_____) de acordo com os valores especificados na **Proposta de Preços**. Os preços contratuais não serão reajustados.

6.2. As despesas decorrentes do fornecimento dos bens, objeto do presente Contrato, correrão à conta do crédito orçamentário do Orçamento Geral do Estado de Goiás para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, na dotação orçamentária _____
- Fonte (____) - _____, Grupo _____, no valor de R\$ _____, conforme Nota de Empenho nº 00000/0000.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, Nota Fiscal ou Fatura de serviços, em duas vias, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

7.2. O pagamento será efetuado pelo **TCE-GO** no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, contado do recebimento definitivo do mobiliário e dos respectivos documentos comprobatórios, e após protocolização da Nota Fiscal ou Fatura correspondente na Gerência de Gestão Documental, devidamente atestada, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

7.3. Na ocorrência de rejeição de Nota Fiscal ou Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

7.4. A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. A vigência do Contrato será **de 45 (quarenta e cinco) dias úteis**, contados a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

b) 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;

c) 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total.

9.2. Será configurada a inexecução parcial quando houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.3. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;

b) todo o fornecimento não for aceito pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** por não atender às especificações.

9.4. O CONTRATANTE poderá rescindir a avença, em caso de inexecução parcial ou inexecução total do seu objeto.

9.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, observando-se o seguinte:

9.5.1. se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

9.5.2. esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao **TCE-GO**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa, na forma da Lei.

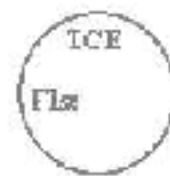
9.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, **TCE-GO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.6.1. advertência;

9.6.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

9.6.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com **TCE-GO**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

9.6.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o **TCE-GO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

9.6.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo **TCE-GO**, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

9.6.6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **TCE-GO**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

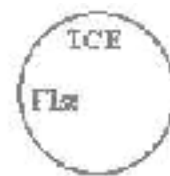
10.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito ao **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

10.1.1. Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
- b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**;
- d) cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) no interesse do **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gerente do Produto, o Gerente de Administração, ou servidor por ele indicado, que anotará, em registro próprio,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

11.2. Durante a vigência deste Contrato, a **CONTRATADA** deve manter o preposto, aceito pela Administração do **CONTRATANTE**, para representá-lo sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO.

13.1. O presente Contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e vincula-se ao Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014 e seus anexos, constantes do Processo nº 201400047001810, bem como à **Proposta de Preços** da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

14.1. A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do **Código de Defesa do Consumidor** (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

14.2. Deverá ser fornecida pelo fabricante do mobiliário uma declaração que prestará a **garantia** respectiva contra defeitos de fabricação e reposição de peças por um período não inferior a **05 (cinco) anos**.

14.3. No caso da assistência técnica ou da manutenção ser terceirizada, deverá ser apresentada declaração emitida pela empresa indicada para assistência técnica ou pela manutenção, assinada por representante devidamente constituído e comprovado, com firma reconhecida, demonstrando o comprometimento na prestação da assistência técnica ou da manutenção.

14.3.1. Apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de origem da Empresa Indicada para Assistência Técnica ou Manutenção, emitida no máximo a 30 (dias) anteriores à data prevista para a abertura da licitação, comprovando por meio do seu Objeto Social a habilitação para exercer tal atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

15.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

15.2. Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA**, e isso motivar o bloqueio de entrega dos bens, esta incorrerá nas penalidades previstas no Edital e neste Contrato, e não será paga nenhuma atualização de valor que a **CONTRATADA** tenha direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do presente Contrato no Diário Oficial do Estado, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo despesas às expensas do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. A **CONTRATADA** deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução dos serviços objetos deste Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

18.2. Se ficar comprovado que um funcionário da **CONTRATADA** ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o **CONTRATANTE** poderá declarar inelegíveis a **CONTRATADA** e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

19.2. E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, em



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

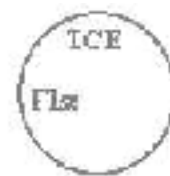
Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2014.

Conselheiro **EDSON JOSÉ FERRARI**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

CONTRATADA

Testemunhas: 1. _____

Testemunhas: 2. _____



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2014

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e quatorze (2014), pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Praça Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) nº 332, Centro, telefone: (62) 3201-9034, **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta **Ata de Registro de Preços**, neste ato representado por seu Presidente, **Conselheiro Edson José Ferrari**, brasileiro, casado, inscrito no CPF (MF) sob o nº 135.131.761-04, doravante denominado simplesmente como **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida à _____, neste ato representada(s) por _____, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF (MF) nº _____, doravante denominada(s) **FORNECEDORA(S)**, vencedora(s) do **Pregão Eletrônico nº 031/2014**, referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO** a ser utilizado pelas diversas unidades técnicas do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE-GO**, em sua nova Sede Administrativa, resolve(m) **REGISTRAR OS PREÇOS** abaixo indicado(s), nos termos da Lei Federal nº.10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº. 7.468, de 20 de outubro de 2011, Decreto Estadual nº. 7.437, de 06 de setembro de 2011, Decreto Estadual nº 7.562, de 01 de março de 2012 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como o **Pregão Eletrônico nº 031/2014** e seus anexos, constantes do Processo Administrativo nº 201400047001810.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente **Ata de Registro de Preços** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO** a ser utilizado pelas diversas unidades técnicas do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE-GO**, em sua nova Sede Administrativa, mediante formalização do respectivo **Contrato de Fornecimento**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A partir desta data ficam registrados nesta Ata, os preços das **FORNECEDORAS** primeiras colocadas, conforme especificado abaixo:

2.1.1. Fornecedor classificada:

Nome: _____ CNPJ: _____

Dados da proposta:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MÓVEL	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)
.....
.....

2.1.2. Fornecedor classificada:

Nome: _____ CNPJ: _____

Dados da proposta:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MÓVEL	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)
.....
.....

2.1.3. (...)

2.2. A existência de preços registrados não obriga o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO** a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a ele a utilização de outros meios previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

2.3. A beneficiária do **Registro de Preços**, em igualdade de condições, tem direito à preferência para a contratação, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta.

2.4. O prazo de validade desta **Ata de Registro de Preços** será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

2.5. Durante o prazo de validade, as propostas selecionadas no **Registro de Preços** ficarão à disposição do **TCE-GO**, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL E FORMA DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

3.1. A entrega, montagem e instalação dos produtos objeto desta Ata de Registro de Preços iniciar-se-á no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado da assinatura do contrato, e após o recebimento, pelo fornecedor, da solicitação realizada pela Gerência Administrativa do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, por meio de “**Autorização para Entrega**” ou “**Ordem de Fornecimento**”, a partir de informações constantes do contrato ou na respectiva nota de empenho.

3.1.1. O **prazo máximo de execução** do objeto proposto será de **15 (quinze) dias**, contado do término do prazo de início (**30 dias**) estabelecido neste item.

3.1.2. A FORNECEDORA / CONTRATADA deverá comunicar de imediato ao TCE-GO eventual impedimento ao fornecimento dos mobiliários no prazo acima estipulado.

3.1.3. É expressamente vedada à FORNECEDORA / CONTRATADA transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços.

3.2. A FORNECEDORA / CONTRATADA A FORNECEDORA / CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o local e endereço para a entrega, montagem e instalação dos mobiliários a serem fornecidos, que será na Nova Sede Administrativa do TCE-GO, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, parte da antiga Fazenda Retiro, Região Norte de Goiânia.

3.3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens originais intactas, apropriadas para armazenamento, em caixas, seladas e lacradas de forma a preservar a entrada de umidade, poeira e proteção contra amassamentos, rasgo, deformações e alterações de cor (caixas empilhadas e embaladas em filme plástico apoiadas sobre estrado de madeira [paletes]), contendo as indicações de marca do fabricante e conteúdo, da procedência, data de fabricação, lote, com a identificação da FORNECEDORA / CONTRATADA (Razão Social, CNPJ, e outras informações pertinentes) e dados do certame licitatório (Número do Edital, da Nota de Empenho e da Nota Fiscal);

3.4. No ato da entrega, a FORNECEDORA / CONTRATADA, de posse de uma via do contrato ou da Nota de Empenho, deverá apresentar a Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao fornecimento dos produtos, comprovado pela “Autorização para Entrega” ou “Ordem de Fornecimento”, ao setor competente do TCE-GO, a qual será conferida e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

atestada por servidor ou pela Comissão de Avaliação e Recebimento, designada para este fim específico.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

4.1. No recebimento e aceitação dos produtos serão consideradas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 73 a 76, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

4.2. Os produtos serão recebidos **provisoriamente** pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** do **TCE-GO**, em local definido pelo mesmo, mediante Termo de Recebimento Provisório, para verificação da conformidade com as exigências contidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014 e seus Anexos, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições, sob pena de não recebimento dos mesmos.

4.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, a FORNECEDORA / CONTRATADA deverá efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

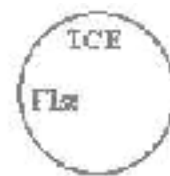
4.4. Na hipótese do subitem anterior, o recebimento dos produtos escoimados dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

4.5. Os produtos serão recebidos **definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o mobiliário adquirido encontra-se montado e instalado conforme *layout*, e em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado, após o aceite da **Comissão de Avaliação e Recebimento** designada pelo **TCE-GO**, mediante **Laudo de Recebimento Definitivo**.

4.6. A FORNECEDORA /A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo do objeto pela **Comissão de Avaliação e Recebimento**, Nota Fiscal ou Fatura de serviços, em duas vias, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

4.7. Para os produtos que apresentarem defeitos, imperfeições, alterações e irregularidades ou apresentarem quaisquer características discrepantes às descritas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital de Pregão Eletrônico nº 031/2014 e seus Anexos, Normas Técnicas, Laudos Técnicos e de Aprovação, **ainda que constatados depois do recebimento definitivo**, a FORNECEDORA / CONTRATADA será notificada para saná-los ou substituí-los, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, às suas expensas, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

4.8. De acordo com o item anterior, a **Aceitação Definitiva** não exclui a responsabilidade da FORNECEDORA / CONTRATADA pelo perfeito desempenho do produto fornecido,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de **garantia de 5 (cinco) anos**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA

5.1. Todos os encargos decorrentes da execução do contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA / CONTRATADA.

5.2. A FORNECEDORA / CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente contrato e a responder todas as consultas feitas pelo CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

5.3. A FORNECEDORA / CONTRATADA ficará sujeita as cláusulas contratuais estabelecidas no contrato.

5.4. A FORNECEDORA / CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei nº 8.666/1993.

5.5. A FORNECEDORA / CONTRATADA ficará obrigada a manter, durante o contrato, todas as condições de habilitação exigidas pela Lei nº 8.666/1993.

5.6. A FORNECEDORA / CONTRATADA obriga-se a atender ao objeto do contrato de acordo com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, no Edital de Licitação e no Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. Exercer a fiscalização de execução do objeto por meio da Unidade Técnica competente previamente indicada, na forma prevista no art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

6.2. Notificar, formal e tempestivamente, a FORNECEDORA / CONTRATADA sobre irregularidades observadas no mobiliário entregue;

6.3. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da FORNECEDORA / CONTRATADA;

6.4. Atestar o recebimento do objeto contratado, rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas nesta Ata;

6.5. Autorizar os serviços e emitir os formulários específicos de solicitação para as providências necessárias dentro dos prazos estipulados nesta Ata;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

- 6.6.** Efetuar os pagamentos à FORNECEDORA / CONTRATADA conforme previsto nesta Ata, após o cumprimento das formalidades legais;
- 6.7.** Rescindir o contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no art. 80, da Lei nº. 8.666/1993.
- 6.8.** Cumprir as demais obrigações previstas na Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 7.1.** A contratação com a FORNECEDORA / CONTRATADA registrada, cuja decisão é discricionária e de livre iniciativa do **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata, observando-se os princípios da necessidade e conveniência administrativa, será formalizada por meio de **Contrato de Fornecimento**.
- 7.2.** A FORNECEDORA / CONTRATADA será convocada para, assinar o **Contrato de Fornecimento** no prazo de 5 (cinco) dias, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.
- 7.3.** A recusa injustificada da FORNECEDORA/ CONTRATADA registrada em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei, exceção feita às fornecedoras que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade desta **Ata de Registro de Preços**.
- 7.4.** Esta **Ata de Registro de Preços** terá vigência a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, pelo prazo de 12 (doze) meses;
- 7.5.** Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, a FORNECEDORA / CONTRATADA registrada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO, DO PAGAMENTO E DA REVISÃO DOS PREÇOS

- 8.1.** A FORNECEDORA / CONTRATADA deverá apresentar para pagamento, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, a Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao mobiliário entregue, na unidade administrativa responsável pelo acompanhamento e gestão do contrato para atesto.
- 8.2.** Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias úteis** após protocolização e aceitação pelo CONTRATANTE das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes, devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

8.3. O pagamento da Nota Fiscal ou Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

8.4. Para efeito de liberação do pagamento, a regularidade jurídica e fiscal deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Regularidade de Registro Cadastral – CRRC, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo Setor Financeiro do órgão contratante.

8.5. Na ocorrência de rejeição de Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no *item 8.2* acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

8.6. Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o mesmo, a contratada fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

8.7. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

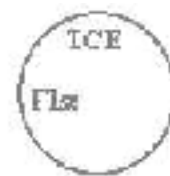
CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, para o corrente exercício e para os exercícios alcançados pelo prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Esta **Ata de Registro de Preços**, exceto quanto aos **acréscimos quantitativos**, e excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 quanto às alterações contratuais.

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as necessárias negociações junto às FORNECEDORAS.

10.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

10.3.1. convocar a FORNECEDORA / CONTRATADA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

10.3.2. frustrada a negociação, a FORNECEDORA / CONTRATADA será liberada do compromisso assumido;

10.3.3. convocar as demais fornecedoras visando a igual oportunidade de negociação.

10.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a FORNECEDORA / CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

10.4.1. liberar a FORNECEDORA / CONTRATADA do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

10.4.2. convocar as demais FORNECEDORAS visando igual oportunidade de negociação.

10.5. Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá proceder à revogação da **Ata de Registro de Preços**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

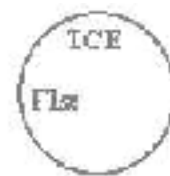
11.1. A FORNECEDORA terá seu registro cancelado quando:

11.1.1. descumprir as condições da **Ata de Registro de Preços**;

11.1.2. não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.4. tiver presentes razões de interesse público;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

11.1.5. por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

11.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item anterior, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

11.3. A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu **Registro de Preço** na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11.4. Esta **Ata de Registro de Preços** será cancelada automaticamente:

11.4.1. por decurso de prazo de vigência;

11.4.2. quando não restarem **FORNECEDORAS** registradas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO GERENCIAMENTO DA ATA

12.1. Caberá ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

12.2. O Gestor responsável em gerir esta **Ata de Registro de Preços** será a Secretaria Administrativa - Gerência de Administração do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, com assessoramento que a mesma considerar pertinente e necessário.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTRATO

13.1. O contrato decorrente desta **Ata de Registro de Preços** terá a vigência de 12 (doze) meses e sua gestão ficará a cargo do setor competente a ser indicado pelo Contratante.

13.2. É facultada a substituição do contrato, por outro instrumento hábil, a critério **TCE-GO** e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

13.3. No ato da assinatura do contrato, deverá estar definido o cronograma de entregas, baseado no quantitativo total a ser contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a **FORNECEDORA / CONTRATADA** à multa de:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

b) 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;

c) 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total.

14.2. Será configurada a inexecução parcial quando houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias.

14.3. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;

b) todo o fornecimento não for aceito pela **Comissão de Avaliação e Recebimento** por não atender às especificações.

14.4. O **TCE-GO** poderá rescindir a avença, em caso de inexecução parcial ou inexecução total do seu objeto.

14.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à FORNECEDORA / CONTRATADA, observando-se o seguinte:

14.5.1. se o valor do pagamento for insuficiente, fica a FORNECEDORA / CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

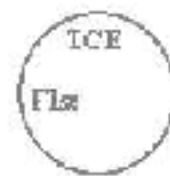
14.5.2. esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela FORNECEDORA / CONTRATADA ao **TCE-GO**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa, na forma da Lei.

14.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, **TCE-GO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA / CONTRATADA as seguintes sanções:

14.6.1. advertência;

14.6.2. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

14.6.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com **TCE-GO**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

14.6.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a FORNECEDORA / CONTRATADA ressarcir o **TCE-GO** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

14.6.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo **TCE-GO**, a FORNECEDORA / CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas;

14.6.6. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **TCE-GO**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à FORNECEDORA / CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, a(s) proposta(s) vencedora(s) da(s) **FORNECEDOR(AS)**, bem como o **Termo de Referência** e seus Anexos, o **Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2014** e seus Anexos, independente de transcrição.

15.2. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de **Termo Aditivo** à presente **Ata de Registro de Preços**.

15.3. Fica eleito o foro de Goiânia para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente instrumento.

E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente **Ata de Registro de Preços**.

GABINETE DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aosdias do mês de de dois mil e quatorze.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

Edson José Ferrari

Pela(s) FORNECEDORA(S):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO IV

PLANILHA MODELO DE PROPOSTA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

À (nome do comprador)

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa **Proposta de Preços** para fornecimento de mobiliário, pelo valor total de R\$ _____ (_____), de acordo com o **Termo de Referência** e seus Anexos, com o Edital e seus Anexos, conforme abaixo especificado:

GRUPO/ LOTE	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MÓVEL	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)
.....
.....
.....					

O prazo de validade desta **Proposta de Preços** é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no **Termo de Referência** e seus Anexos, no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nos referidos instrumentos e, ainda, na minuta da **Ata de Registro de Preços** e na minuta do **Contrato**.

Declaramos que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar a **Ata de Registro de Preços**, bem como o Contrato dela decorrente e fornecer o mobiliário constante da nossa proposta no prazo estabelecido no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Goiânia, ____ de _____ de 2014.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

OBSERVAÇÃO:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Licitações-e e as especificações constantes do Anexo I do Termo de Referência constante deste Edital, prevalecerão as últimas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR (Modelo)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

(NOME DA EMPRESA) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada (endereço completo) _____, por meio de seu representante legal (nome) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador do RG nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/1988, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo.

....., em de de 2014.

Representante Legal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2014

PROCESSO Nº. 201400047001810

(Nome da empresa) _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, portadora da inscrição estadual/municipal nº _____, através de seu representante legal, _____ (nome), _____ (qualificar) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da RG nº _____, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, ou ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)